

BOLETIM **DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

DE CONJUNTURA

Número 51 – Novembro/dezembro de 2025

ENTRE AVANÇOS E INCERTEZAS: A AGENDA DOS TRABALHADORES PARA 2026

Apresentação

Vários acontecimentos dos últimos meses de 2025 indicam que 2026 será um ano desafiador, em todos os cenários.

A primeira parte deste Boletim destaca a escalada de tensões no Caribe, impulsionada pelo governo dos Estados Unidos, cujos desdobramentos podem incendiar todo o subcontinente. Nessa sessão ainda são avaliados os aspectos mais importantes da 30^a Conferência das Partes (COP30), realizada em Belém em um momento de agravamento da crise ambiental em todo o mundo. No quadro nacional, destaca-se a aprovação da lei que aumenta a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para até R\$ 5 mil, no Senado, e, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) 3.935, de 2008, que regulamenta e estende a licença-paternidade no Brasil para 20 dias.

Em relação ao mercado de trabalho, a publicação mostra que a desigualdade diminuiu entre 2024 e 2025, embora a melhora ocorra de forma bastante lenta. Para chegar a essa conclusão, utilizou-se o Índice de Palma, indicador de desigualdade que compara a concentração de rendimento dos 10% mais ricos com os 40% mais pobres.



Imagen: Freepik

Os resultados obtidos são particularmente relevantes, pois oferecem pistas sobre a complexa trajetória da renda nacional.

Na terceira parte, é examinada a trajetória recente da inflação brasileira, com prognóstico para os próximos meses. O país deve fechar o ano com inflação de 4%. A expectativa é um acumulado entre 4% e 5% no ano que vem, patamar considerado razoável, levando em conta o cenário nacional e internacional.

No campo das negociações coletivas, o Boletim aponta a consolidação de uma mudança nos resultados dos reajustes salariais: cresce o percentual de categorias que não consegue sequer recompor as perdas acumuladas. Como não houve elevação da inflação no período analisado, essa inflexão na conjuntura exige atenção redobrada do movimento sindical brasileiro.

Por fim, em 2026, ano eleitoral, a Agenda dos Trabalhadores ganha centralidade ao articular os desdobramentos da COP30 com a 2ª Conferência Nacional do Trabalho. O movimento sindical enfrenta o desafio de concretizar a transição justa, sem transferir os custos da mudança aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que resiste às ofensivas do Congresso Nacional que flexibilizam direitos e ampliam a precarização. Nesse contexto, a Conferência Nacional do Trabalho se afirma como espaço estratégico para unificar propostas, fortalecer a ação sindical e reafirmar o trabalho decente e a justiça social como pilares do desenvolvimento democrático e sustentável.

Cenário político e econômico ao final de 2025 e desafios para o próximo ano

Os últimos meses de 2025 trouxeram ao panorama político e econômico, nacional e internacional, avanços importantes, mas também incertezas e inseguranças, sinalizando que o próximo ano será desafiador. No cenário internacional, destacam-se os recuos do governo Trump em relação à postura firme do Brasil, o que abriu espaço para negociações sobre a elevação de tarifas anunciadas a partir de agosto. Em contrapartida, o governo estadunidense passou a desenhar um cenário de tensão e ameaça nos mares do Caribe, colocando em risco a soberania política dos países da região, notadamente da Venezuela. Ainda na esfera internacional, destacam-se as discussões da COP30, em novembro. Já internamente, a agenda legislativa avançou na

reforma tributária, com a aprovação das alterações do imposto de renda no Senado, bem como a regulamentação da licença-paternidade de 20 dias na Câmara Federal.

Após a definição das sobretaxas de 50% sobre diversos produtos brasileiros, com início previsto para agosto de 2025, o governo Donald Trump passou a demonstrar disposição para negociar. A aproximação entre Washington e Brasília ganhou visibilidade em dois momentos recentes: em setembro, quando Trump elogiou Lula em discurso na Assembleia Geral da ONU, gesto alinhado ao movimento de reabertura do diálogo entre os dois países; e no fim de outubro, quando ambos se encontraram na Malásia e decidiram iniciar um processo formal de negociações bilaterais.

No momento, os EUA já recuaram parcialmente: foram retiradas as tarifas de 40% sobre café, carnes, frutas e outros produtos brasileiros – movimento interpretado como gesto diplomático e, ao mesmo tempo, como cálculo político interno. Ainda assim, a sobretaxa permanece ativa. Especialistas¹ apontam que haveria espaço para recuos efetivos caso o governo brasileiro pudesse dar alguma vitória para Trump. Entre os temas de interesse da Casa Branca estão o acesso às terras raras brasileiras, a segunda maior área de concentração de minerais estratégicos do mundo, e a garantia de um ambiente de regulação mínima e livre acesso ao mercado de compras governamentais para as *big techs*.

Além disso, o governo Trump se vê pressionado internamente para a revogação das sobretaxas. No final de outubro, o Senado dos Estados Unidos aprovou um projeto que visa cancelar as tarifas impostas ao Brasil. A medida, porém, não deve avançar na Câmara, que aprovou antes uma regra impedindo contestações às políticas tarifárias de Trump. Paralelamente, a Suprema Corte analisa uma ação movida principalmente por empresas importadoras e governos estaduais afetados, questionando a legalidade das sobretaxas. Os opositores argumentam que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional, de 1977, usada como base jurídica pelo Executivo, não autoriza a criação de novas tarifas, prerrogativa que, segundo a Constituição, caberia exclusivamente ao Congresso. Também defendem que os temas citados pelo Executivo não configuram situação emergencial que justifique o uso da norma.

¹Disponível https://www.brasildefato.com.br/2025/10/20/analisa_entre-tarifas-e-diplomacia-lula-virou-o-jogo-na-negociacao-com-os-eua-mas-disputa-ainda-e-longa/

A Suprema Corte deve apresentar uma decisão no início de 2026² e, caso o governo seja derrotado, poderá ser obrigado a devolver os valores arrecadados, o que configuraria grave derrota política com importantes impactos econômicos. Em declaração no início de novembro, Trump afirmou que pagaria US\$ 2 mil a cada cidadão como forma de “dividendo” pelas tarifas aplicadas, proposta que não foi formalizada e permanece sem detalhamento sobre a execução.³

Concomitante às ofensivas da guerra comercial, que atingiu diversos grupos de países, o governo estadunidense criou um cenário de guerra real nos mares do Caribe. Sob a justificativa de combater o narcotráfico, as Forças Armadas comandadas por Donald Trump deslocaram navios de guerra ameaçando e realizando emboscadas, principalmente em águas internacionais próximas à costa da Venezuela. Este cenário inédito no continente, considerando o volume de armamentos e tropas mobilizadas, incluindo navios de guerra, cruzadores de mísseis teleguiados, drones e caças, acendeu alertas sobre ameaças à soberania dos países da América Latina. No fim de outubro, o presidente Trump acusou o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, de ser traficante de drogas, depois que o colombiano criticou duramente a ofensiva estadunidense. A justificativa de caça aos terroristas para deflagrar guerras pelo mundo e derrubar governos não aliados por meio da violência não é inédita, como evidencia o que ocorreu no Iraque e no Afeganistão⁴.

Em relação à (COP30), após a Conferência, há a expectativa de que, finalmente, sejam implementadas ações concretas após sucessivos acordos descumpridos e o baixo nível de financiamento, sobretudo por parte dos países ricos, para a redução das emissões de gases poluentes. A COP30 ocorreu em um contexto de profunda crise ambiental, marcado por desastres que atingem principalmente as populações mais pobres, ao mesmo tempo em que avançam ideias negacionistas, capitaneadas pela extrema direita.

Entre os destaques das discussões de 2025 está a oportunidade de definição de formas de financiamento para a mitigação da emissão de gases de efeito estufa, para a preservação de florestas e promoção de uma transição justa. Um dos instrumentos defendidos pelo governo brasileiro é o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (*Tropical*

² Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/04/suprema-corte-dos-eua-tarifas-trump.ghtml>

³ Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/09/trump-pagamentos-tarifaco.ghtml>

⁴ Disponível em <https://www.intercept.com.br/2025/10/23/america-latina-trump-guerra/>

Forest Forever Fund - TFFF), inicialmente formulado pelo Banco Mundial em 2009 e que foi agora oficialmente lançado durante a Cúpula do Clima⁵. A meta do Fundo é captar US\$ 125 bilhões destinados à preservação das florestas tropicais, com a previsão de que 20% dos recursos sejam obrigatoriamente destinados a Povos Indígenas e Comunidades Locais⁶.

O TFFF, contudo, enfrenta críticas persistentes de movimentos ambientalistas e populares, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), que veem na proposta um aprofundamento da financeirização da natureza. Nesse sentido, o Fundo transforma as próprias florestas e os “serviços ecossistêmicos” - como regulação climática, sequestro de carbono, recursos hídricos e biodiversidade - em ativos financeiros voltados à geração de lucros aos investidores, sem necessariamente enfrentar as causas estruturais do desmatamento e queimadas⁷. Em nota, o MST classificou o TFFF como mais um instrumento de “colonialismo verde” e como marco nas “falsas soluções do capitalismo verde”.⁸

Outro debate relevante na área de financiamento climático foi o lançamento do documento “Mapa do Caminho de Baku a Belém”, apresentado na semana anterior à COP30, que busca materializar recursos para o atingimento do montante de US\$ 1,3 trilhão por ano destinado à agenda climática global. A ausência de representantes dos Estados Unidos, entretanto, fragiliza as negociações, considerando que o país é o segundo maior emissor de gases de efeito estufa do planeta. A China, maior emissora, manteve participação discreta, repetindo o padão das conferências anteriores.

Resultado de intensa participação e articulação organizada, os resultados da COP30 dialogam com a pauta “Trabalho e Meio Ambiente”, lançada pelas Centrais Sindicais brasileiras, ao reconhecerem que as transições justas devem ser multissetoriais, centradas nas pessoas e construídas de forma participativa, envolvendo toda a sociedade. O programa aprovado destaca a importância do diálogo social, do respeito aos direitos humanos e trabalhistas, da criação de empregos de qualidade, da inclusão dos trabalhadores informais e de grupos historicamente vulnerabilizados, bem

⁵ Disponível em <https://iclnoticias.com.br/cop30-financiamento-transicao-e-adaptacao-sao/>

⁶ Disponível em <https://www.brasil247.com/cop30/lula-abre-hoje-oficialmente-a-cop30-que-ja-trouxe-ganhos-concretos-para-o-brasil>

⁷ Disponível em <https://mst.org.br/2025/11/11/tfff-por-que-nao-devemos-celebrar-o-colonialismo-verde-sobre-nossas-florestas/>

⁸ Disponível em <https://mst.org.br/2025/11/11/tfff-por-que-nao-devemos-celebrar-o-colonialismo-verde-sobre-nossas-florestas/>

como da integração da transição justa às políticas climáticas nacionais, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), os planos de adaptação e as estratégias de desenvolvimento de baixo carbono de longo prazo. Também reconhece que os países em desenvolvimento necessitam de cooperação internacional, financiamento e fortalecimento institucional para avançar nesse processo.

O grande desafio para 2026, contudo, será transformar esse acúmulo normativo e declaratório em ações concretas. Isso passa pela operacionalização do programa de trabalho sobre transição justa, pela incorporação efetiva dessas diretrizes nas políticas nacionais e pela garantia de financiamento adequado. Para o movimento sindical, o período pós-COP30 será decisivo: trata-se de disputar o conteúdo da transição, assegurar que ela seja socialmente justa e ambientalmente sustentável e afirmar, na prática, que não haverá transição bem-sucedida sem trabalho decente, proteção social e protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras.

No cenário nacional, destacam-se a aprovação unânime, no Senado, do aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para as rendas de até R\$ 5 mil, importante avanço em prol da justiça tributária no país, e a possibilidade de o país caminhar na direção da redução das desigualdades sociais. A reforma e os avanços promovidos por ela, além das limitações, já foram discutidos no texto de conjuntura do DIEESE de outubro.

Por fim, em relação à agenda de direitos trabalhistas, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 3.935, de 2008, que regulamenta e estende a licença-paternidade para 20 dias. A proposta, apesar de retroceder em relação ao texto original, que previa 30 dias, é um avanço importante em relação ao que está atualmente em vigor, de apenas cinco dias, e contribui para maior equidade de gênero ao promover a redistribuição do tempo destinado aos trabalhos de cuidados. O projeto retorna ao Senado, ainda sem data para votação.

O ano de 2025 encerra-se, portanto, com avanços importantes, especialmente nos campos da reforma tributária, das políticas de cuidados e das negociações ambientais, mas também com forte incerteza. A postura impositiva e antidemocrática do governo Trump, que possui forte influência nos grupos de extrema direita ao redor do mundo, notadamente no Brasil, mantém aberto um quadro de instabilidade tanto nacional quanto internacional.

Mercado de trabalho: desigualdade recua entre 2024 e 2025, mas melhora segue lenta

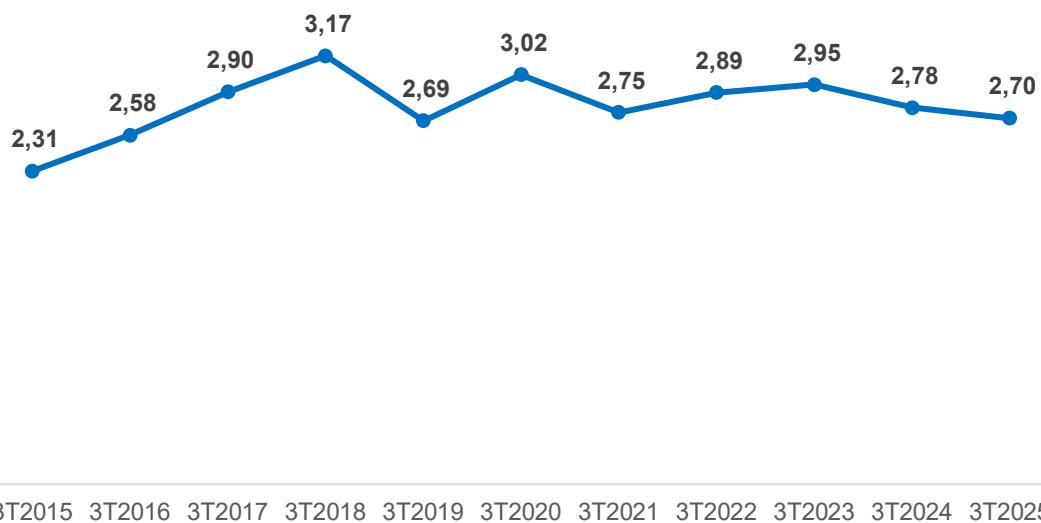
O Índice de Palma é um indicador de desigualdade que mede a concentração de rendimento dos 10% mais ricos em comparação com os 40% mais pobres. A partir dos dados da Pnad Contínua do IBGE, foi construído o Índice de Palma para os ocupados no Brasil, calculado com base na massa de rendimentos recebidos pelos 10% mais bem remunerados em relação à soma dos rendimentos dos 40% com menores salários. Trabalhadores ocupados sem rendimentos não foram incorporados.

No terceiro trimestre de 2025, o Índice alcançou 2,70. Em termos práticos, isso significa que a soma do rendimento de todos ocupados no grupo dos 10% com maiores rendimentos foi 2,7 vezes superior à obtida pela soma dos rendimentos dos ocupados entre os 40% com menores rendimentos.

A trajetória do índice nos últimos 10 anos foi bastante instável. Há dois períodos com tendências mais definidas: entre 2015 e 2018, houve aumento da desigualdade; já entre 2021 e 2025, observou-se estabilidade, com leve tendência de queda, isto é, de redução da desigualdade.

Apesar da melhora recente e do fato de o índice no 3º trimestre de 2025 ser, desde 2019, o melhor para esse período do ano, o nível de desigualdade permanece elevado. Um índice dessa magnitude quer dizer que um trabalhador que está entre os 10% mais bem remunerados recebe 11 vezes mais do que um trabalhador pertencente aos 40% com os menores rendimentos.

Gráfico 1
Índice de Palma
Brasil - 2015 a 2025 (terceiros trimestres de cada ano)

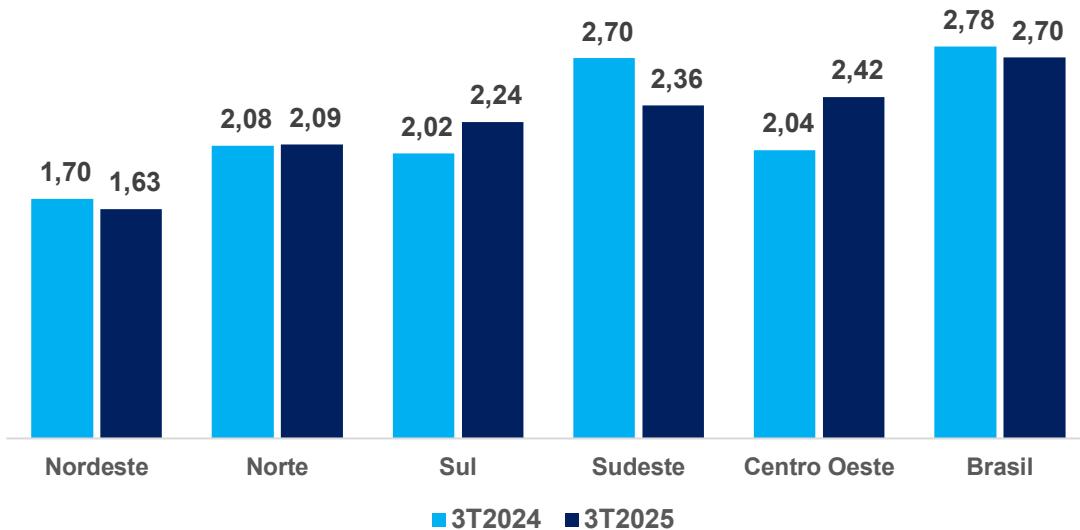


Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

No 3º trimestre de 2025, o Índice de Palma nacional superou o de todas as cinco grandes regiões do país, evidenciando que, além das diferenças entre os trabalhadores, há diferenças marcantes entre as regiões do país.

O menor índice foi registrado no Nordeste, enquanto o maior ocorreu na região Centro-Oeste, onde os 10% mais bem remunerados concentravam 2,42 vezes dos valores somados dos rendimentos dos 40% mais pobres. Entre o 3º trimestre de 2024 e o mesmo período de 2025, a desigualdade cresceu nas regiões Centro-Oeste e Sul e se manteve estável na região Norte.

Gráfico 2
Índice de Palma
Brasil e Grandes Regiões - 2024 e 2025 (terceiros trimestres de cada ano)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

A tendência de queda da desigualdade apresentada pelo Índice de Palma está em linha com outra medida clássica de desigualdade, o Índice de Gini, que também apresentou queda nos últimos anos. Além disso, é esperado que a reforma tributária e a ampliação da faixa de isenção no imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, medida que entra em vigor em 2026, contribuam para reduzir ainda mais a desigualdade nos próximos anos.

Inflação e perspectivas

A inflação oficial brasileira praticamente não variou entre setembro e outubro. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 0,09% e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) avançou 0,03%. Em 12 meses, os indicadores ficaram em 4,68% e 4,49%, respectivamente. Em outubro, houve mudança no patamar da bandeira tarifária vermelha da energia elétrica de 2 para 1, o que resultou em queda de 0,32% nas contas de luz. A tendência é que essa redução se prolongue nos próximos meses, impulsionada pela temporada de chuvas.

Os preços dos alimentos praticamente não variaram (0,03%). Para os próximos meses, deve haver alguma pressão em produtos de entressafra, como carnes, mas nada

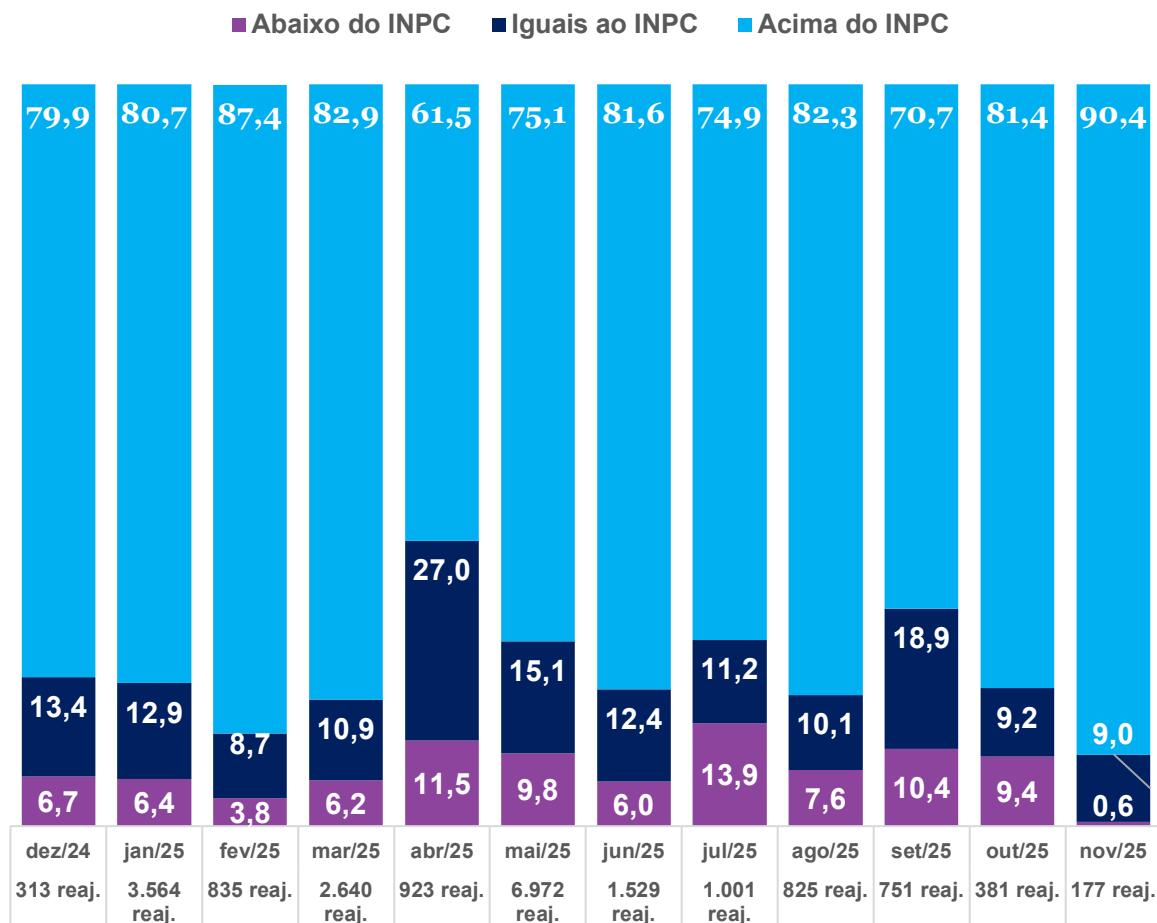
que eleve a variação do grupo de forma expressiva. O cenário aponta para uma inflação próxima de 4,0% no final de 2025, patamar considerado positivo.

Para 2026, a expectativa é de uma inflação entre 4% e 5%, o que é ainda confortável diante de uma meta tão restrita quanto a de 3%. A estagnação da economia, evidenciada pelo resultado do PIB do terceiro trimestre de 2025 (avanço de apenas 0,1%, segundo o IBGE), reforça os efeitos da política monetária restritiva. Com a Selic mantida em 15%, o freio sobre a atividade econômica é evidente, restringindo o consumo e contribuindo para moderar a dinâmica dos preços. Por outro lado, embora parte do mercado aponte que a alta dos salários, impulsionada pela queda do desemprego e da melhora das negociações coletivas, é o motor da inflação, o risco predominante continua a ser o do lado da oferta. Eventos climáticos extremos e tensões geopolíticas permanecem como as principais ameaças capazes de pressionar alimentos, energia e insumos essenciais.

Negociações coletivas

Das 177 negociações de novembro, registradas no Mediador até 3/12, 90,4% alcançaram ganhos acima do INPC=IBGE. Outras 9,0% obtiveram reajustes iguais à inflação e apenas 0,6% não conseguiram recompor as perdas desde a data-base anterior. A variação real média na data-base foi de 1,22%.

Gráfico 3
Distribuição dos reajustes salariais, em relação ao INPC
Brasil - janeiro a novembro de 2025

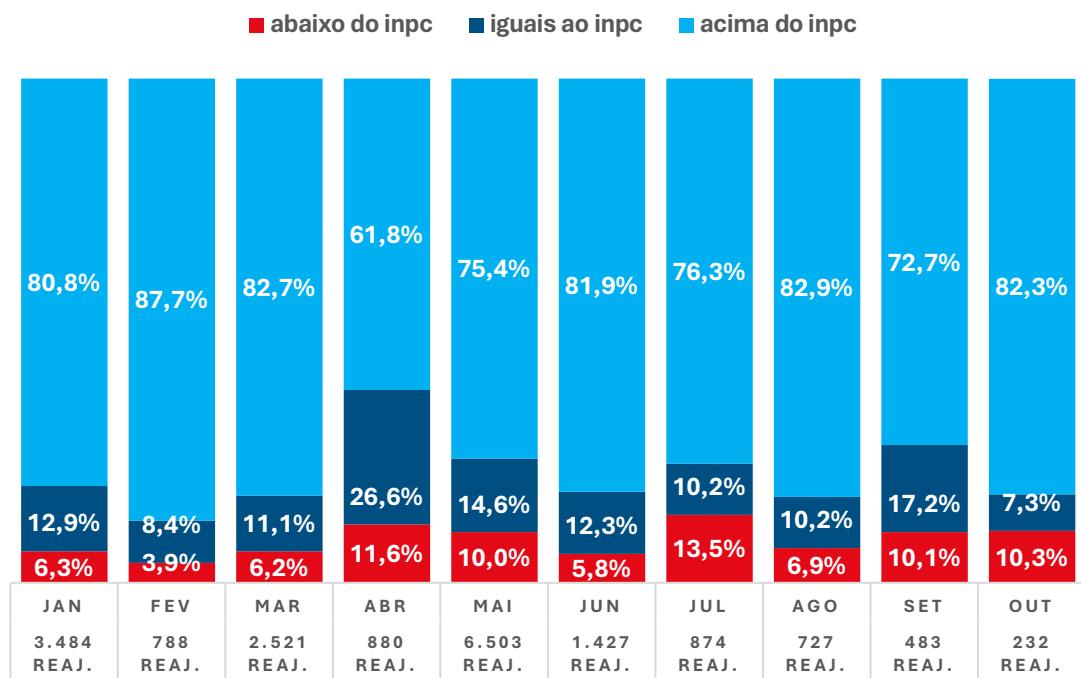


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador.

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 03 de dezembro de 2025

Gráfico 4
Distribuição dos reajustes salariais, em relação ao INPC
Brasil - janeiro a setembro de 2025



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador

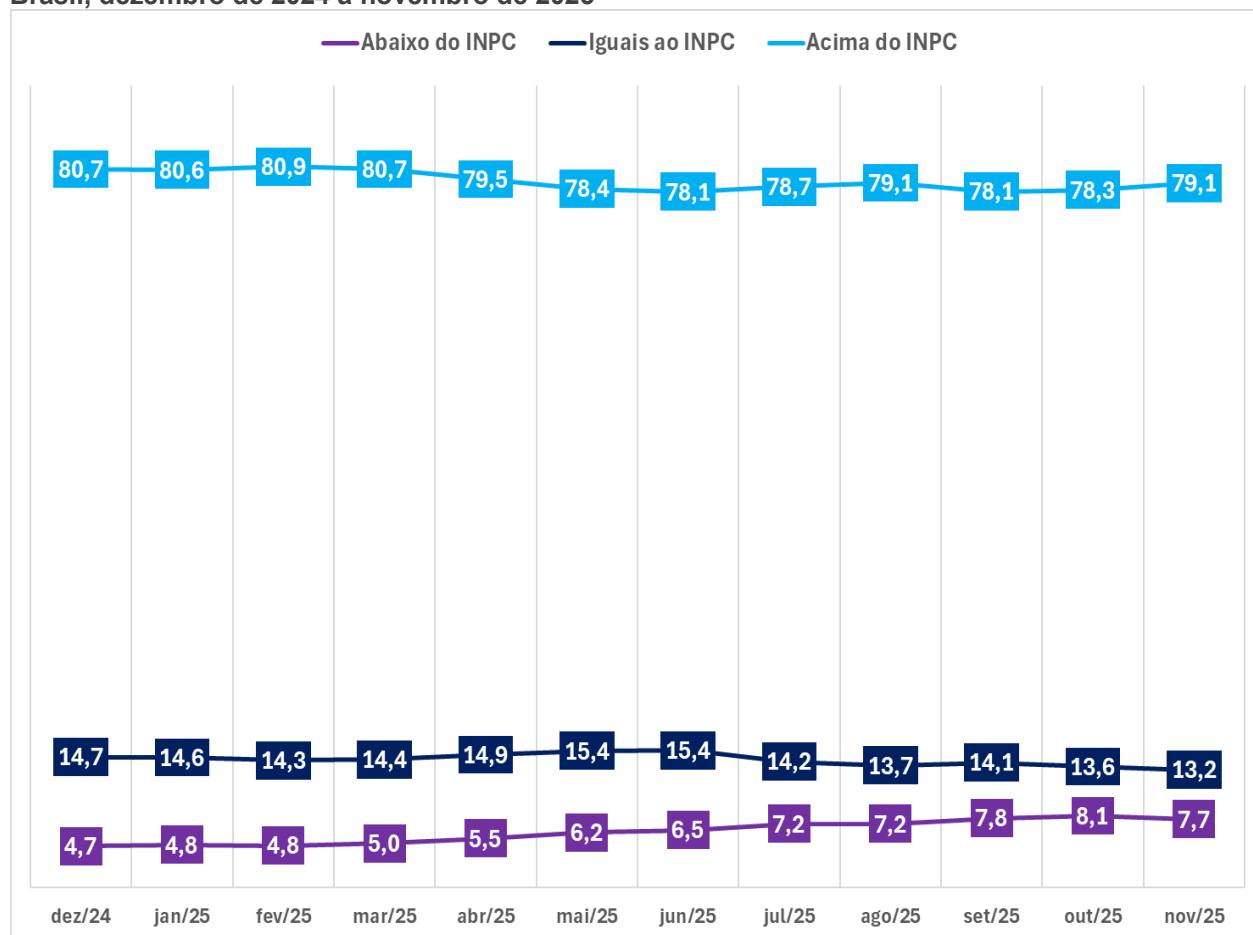
Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 10 de novembro de 2025

Com esses resultados, é possível notar a consolidação de uma mudança no comportamento das negociações dos reajustes salariais, em que o percentual de categorias que não consegue a recomposição das perdas é superior ao observado no início do ano, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5

Distribuição dos reajustes salariais acumulados de 12 meses, em relação ao INPC, por data-base
Brasil, dezembro de 2024 a novembro de 2025



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 3 de dezembro de 2025

Agenda dos Trabalhadores: da COP30 à Conferência Nacional do Trabalho

Em 2026, ano eleitoral, o movimento sindical brasileiro estará diante de um conjunto articulado de desafios que exigirá elevada capacidade de formulação política, unidade de ação e presença ativa tanto nos espaços institucionais quanto nos processos de mobilização social. No centro dessa Agenda estará a necessidade de concretização da pauta da transição justa, assegurando que a resposta à crise climática não recaia sobre os ombros dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso implica disputar o conteúdo das políticas climáticas, garantir participação sindical efetiva na elaboração e implementação dos planos nacionais e defender que a transição esteja associada à geração de empregos de qualidade, à proteção social, à valorização do trabalho e a um

modelo de desenvolvimento capaz de reduzir desigualdades regionais, sociais e ambientais.

Ao mesmo tempo, o movimento sindical terá de enfrentar um Congresso Nacional que mantém uma agenda permanente de flexibilização e desmonte de direitos trabalhistas. Projetos que fragilizam a negociação coletiva, ampliam a precarização e a informalidade, relativizam a jornada de trabalho e enfraquecem a organização sindical seguem avançando, reduzindo o poder de barganha dos trabalhadores, especialmente em um contexto de desemprego estrutural e elevada informalidade. Somam-se a esse cenário iniciativas que ameaçam a proteção social e previdenciária, inclusive por meio de tentativas de desvinculação de benefícios do salário mínimo e de políticas de ajuste fiscal com viés regressivo, que transferem para a classe trabalhadora o custo do equilíbrio das contas públicas.

A precarização das novas formas de trabalho, em especial nas plataformas digitais, constitui outro desafio central. A ausência de marcos regulatórios mantém milhões de trabalhadores sem direitos básicos, como proteção previdenciária, jornada regulada e garantias de saúde e segurança, ao mesmo tempo em que o debate legislativo avança de forma lenta ou insuficiente diante da velocidade das transformações do mundo do trabalho.

Nesse contexto, a realização da Segunda Conferência Nacional do Trabalho se coloca como oportunidade estratégica para articular essas lutas. As conferências estaduais vêm apontando, de forma convergente, propostas fundamentais: a defesa intransigente dos direitos trabalhistas e previdenciários; o fortalecimento da negociação coletiva e da organização sindical; o combate à precarização e às novas formas de exploração do trabalho; a valorização do salário mínimo; e a incorporação da transição justa como eixo estruturante das políticas de desenvolvimento, com participação efetiva dos trabalhadores, proteção social e requalificação profissional articulada a empregos de qualidade.

A tarefa da Conferência Nacional do Trabalho será sistematizar esse acúmulo em uma agenda unificada, capaz de responder à ofensiva do Congresso e de orientar políticas públicas para um novo ciclo de desenvolvimento. Caberá à Conferência afirmar a centralidade do trabalho nas estratégias econômicas e ambientais do país, fortalecer

os instrumentos de diálogo social e consolidar compromissos concretos do Estado com o trabalho decente, a redução das desigualdades e a construção de uma transição justa.

À luz do calendário eleitoral, esses desafios tendem a se intensificar. O ambiente de disputa política favorece tanto a aceleração de pautas regressivas, muitas vezes votadas de forma célere, quando parlamentares buscam “limpar a pauta” ou atender interesses econômicos organizados, quanto a instrumentalização superficial do discurso do emprego e da renda, sem compromissos estruturais com direitos. Ao mesmo tempo, a polarização política dificulta a construção de consensos e exige do movimento sindical maior capacidade de comunicação, articulação social e disputa de narrativas junto à sociedade.

Por outro lado, o ano eleitoral também abre uma janela estratégica de incidência. Parlamentares tornam-se mais sensíveis à pressão social e a pautas que dialogam com o cotidiano da população. O desafio, portanto, será transformar as demandas dos trabalhadores em agenda pública, influenciar programas e compromissos eleitorais e construir alianças sociais mais amplas. Entre essas demandas, aquela com maior potencial de aprovação é a redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1. Ao se relacionar diretamente à saúde, ao convívio familiar, à redução do adoecimento e à melhoria da qualidade de vida, essa medida possui forte apelo social e amplo reconhecimento público, à semelhança do que ocorreu com a proposta de isenção do imposto de renda para rendimentos de até R\$ 5 mil.

Assim, 2026 se apresenta como ano decisivo, no qual o movimento sindical será chamado a combinar resistência aos retrocessos, proposição de alternativas e disputa de projetos, reafirmando o trabalho, os direitos e a justiça social como pilares de um projeto de desenvolvimento democrático e ambientalmente sustentável.

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP
Vice-presidente – Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP
Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP
Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias
Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretor Executivo – Claudiomor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP
Diretor Executivo – Ednilson Rossato
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA
Diretora Executiva – Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica
Adriana Marcolino – Diretora Técnica
Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta
Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto
Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável
José Álvaro Cardoso
Thomaz Ferreira Jensen
Cristina Pereira Vieceli
Patrícia Costa
Luís Ribeiro
César Andaku
Gustavo Monteiro
Patrícia Pelatieri
Ricardo Tamashiro